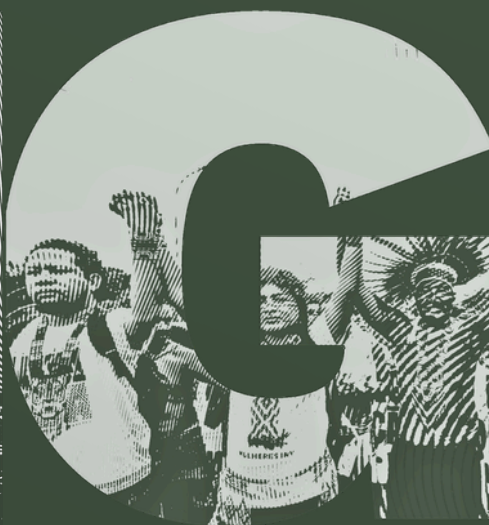


CARTA ABERTA

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS



Carta Aberta em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

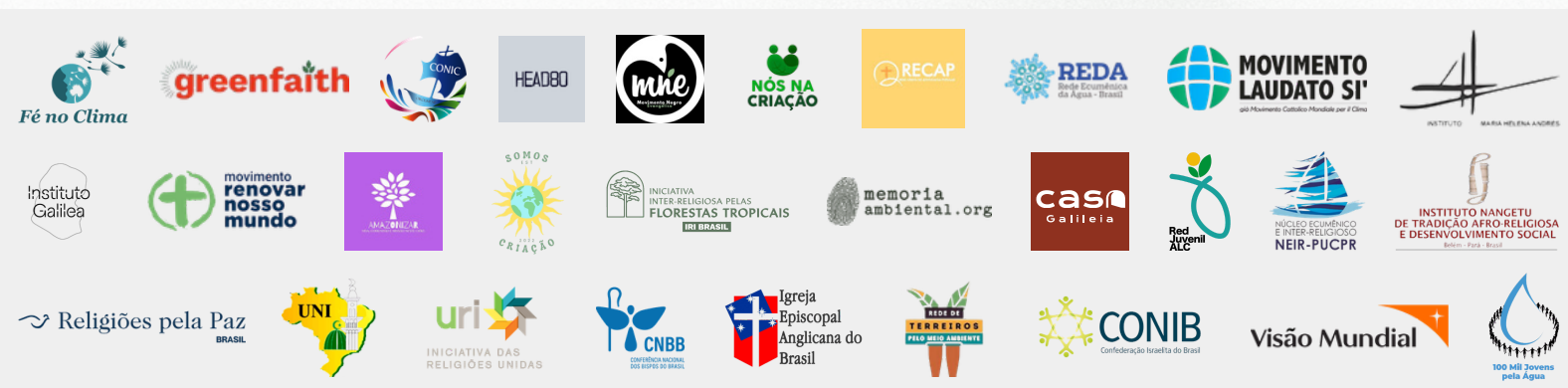
Nós, organizações e entidades religiosas, dirigimo-nos à sociedade brasileira, às autoridades públicas e à comunidade internacional com espírito de respeito, solidariedade e profundo compromisso com a vida, para manifestar nosso apoio aos povos indígenas do Brasil, reunidos no Acampamento Terra Livre - ATL, em Brasília, de 5 a 10 de abril.

O ATL 2026 reúne cerca de **7 mil indígenas, representantes de mais de 200 povos**, oriundos de todas as regiões do país, constituindo-se como a maior mobilização indígena nacional. Trata-se de uma expressão legítima, plural e profundamente representativa da diversidade cultural, social e espiritual que antecede e sustenta a própria formação do Brasil. Ali se encontram povos como **Guarani, Yanomami, Kayapó, Tikuna, Xavante, Pataxó, Munduruku, Terena, Ashaninka, Baniwa, Krahô, Apinajé, Karajá, Fulni-ô, Maxakali**, entre muitos outros, que trazem consigo a memória viva dos seus ancestrais e a responsabilidade de cuidar da vida em seus territórios.

Recebemos com atenção e reverência a carta de abertura do ATL 2026, construída pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB e suas organizações de base, e nos somamos ao seu chamado ético e espiritual. Reconhecemos, com humildade, que os povos indígenas são guardiões ancestrais de grande parte da biodiversidade, das florestas, das águas e dos processos ecológicos que sustentam a vida na Terra — bens sagrados que sustentam não apenas seus territórios, mas o equilíbrio de toda a criação.

Vivemos hoje uma crise climática que já varre o país, afetando cidades e campos com secas mais intensas, eventos extremos e insegurança hídrica e alimentar. Nesse contexto, a proteção dos territórios indígenas não beneficia apenas os povos que neles vivem, mas contribui diretamente para proteger a vida de toda a sociedade. As florestas conservadas por esses povos são fundamentais para o equilíbrio do clima, para a formação das chuvas que irrigam as lavouras e garantem a produção de alimentos, para o abastecimento dos reservatórios que geram energia, sustentam as atividades econômicas e fornecem água às famílias e às cidades. Defender os territórios indígenas, portanto, é cuidar das bases ecológicas e econômicas que sustentam a vida no Brasil.

O Acampamento Terra Livre é mais do que uma mobilização política. É uma expressão viva de resistência, memória e esperança. É também um espaço de



incidência legítima junto aos Três Poderes da República, onde os povos indígenas apresentam suas reivindicações históricas — especialmente a demarcação de seus territórios — e denunciam ameaças concretas, como a mineração, grandes empreendimentos e propostas legislativas que colocam em risco seus direitos originários.

Como comunidades de fé, afirmamos que não pode haver justiça social, nem paz verdadeira, nem integridade da criação sem o reconhecimento e a garantia dos direitos dos povos indígenas. A demarcação e proteção de seus territórios não são apenas uma obrigação constitucional do Estado brasileiro — são também um imperativo moral, espiritual e civilizatório. Garantir esses direitos é também prevenir conflitos, proteger vidas e assegurar o bem viver dos povos.

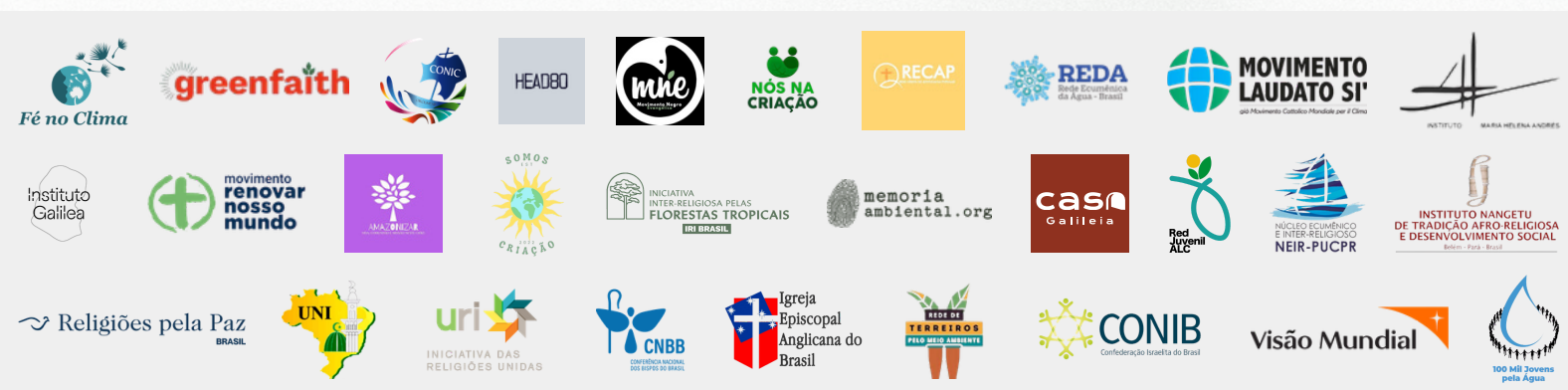
Manifestamos nossa profunda preocupação com iniciativas que buscam enfraquecer esses direitos, flexibilizar normas ambientais e permitir a exploração econômica de terras indígenas sem consulta livre, prévia e informada. Tais ações não apenas violam a dignidade dos povos indígenas, mas também comprometem o futuro comum da humanidade, agravando a crise climática e ampliando desigualdades.

Reafirmamos que não há “desenvolvimento” legítimo quando ele se constrói sobre a destruição de vidas, culturas e territórios. A chamada transição energética e os discursos de economia verde não podem servir de justificativa para novas formas de exploração e violência. O cuidado com a Casa Comum exige coerência ética, escuta verdadeira e respeito aos que historicamente protegem a vida.

Reconhecemos os avanços conquistados nos últimos anos, fruto da luta incansável dos povos indígenas, como a criação de estruturas institucionais específicas e maior presença indígena nos espaços de decisão. No entanto, somamo-nos ao apelo por maior celeridade e efetividade, especialmente diante do fato de que dezenas de territórios indígenas seguem aguardando medidas administrativas para sua regularização.

Dirigimo-nos também aos Três Poderes da República:

- Ao **Poder Executivo**, para que cumpra com urgência e integralidade seu dever de demarcar e proteger os territórios indígenas, garantindo políticas públicas efetivas e respeitando a autonomia dos povos;



- Ao **Poder Legislativo**, para que cesse iniciativas que atentam contra os direitos indígenas e assumam seu papel na promoção da justiça e do bem comum;
- Ao **Poder Judiciário**, para que assegure a primazia da Constituição e proteja os direitos originários, sem permitir retrocessos ou interpretações que legitimem injustiças.

Inspirados por nossas tradições de fé, que nos ensinam o valor da vida, da justiça e do cuidado com o próximo, afirmamos que a luta dos povos indígenas é também a nossa luta. Defender seus direitos é defender a vida em sua plenitude.

Convidamos todas as pessoas de boa vontade — lideranças religiosas, comunidades, organizações da sociedade civil e cidadãos — a se unirem em solidariedade aos povos indígenas. Que possamos caminhar juntos, com respeito e escuta, na construção de um país mais justo, plural e sustentável.

Temos esperança de que, ao final desta grande mobilização, as pautas prioritárias apresentadas tenham recebido o devido apoio das autoridades públicas, e que cada criança, adolescente, jovem, adulto e idoso indígena possa retornar aos seus territórios em paz e segurança e com seus direitos respeitados.

Com gratidão pela sabedoria ancestral dos povos indígenas e com esperança renovada, declaramos:

O futuro não está à venda. A vida é sagrada. E a resposta precisa ser coletiva.

Assinam esta carta,

Casa Galileia, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Confederação Israelita do Brasil, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Fé no Clima, Greenfaith, Head80, Iniciativa das Religiões Unidas, Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais, Instituto Galileia, Instituto Maria Helena Andrés, Instituto Nangetu, Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Memória Ambiental, Movimento 100 mil Jovens pela Água, Movimento Laudato Si', Movimento Negro Evangélico, Nós na Criação, Núcleo Ecumênico e Inter-religioso -PUC/PR, Red Juvenil de Latinoamérica y el Caribe (ALC), Rede Amazonizar, Rede Cristã de Advocacia Popular, Rede de Terreiros pelo Meio Ambiente, Rede Ecumênica da Água, Religiões pela Paz Brasil, Renovar Nosso Mundo, Somos Criação, União Nacional das Entidades Islâmicas (UNI) e Visão Mundial.

Entidades do campo confessional parceiras da IRI Brasil

Brasília, 09 de abril de 2026

